



IV Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar

Campinas/SP – 20 a 23 de março de 2023

Apresentação oral - resumo

Realização



UNICAMP



INSTITUTO
Geração Amanhã

O que a ciência brasileira diz sobre o serviço de acolhimento em famílias acolhedoras?

Andrielly Darcanchy

Introdução: A institucionalização de crianças e adolescentes se consolidou na Europa, no século XIII, e tem sido uma prática utilizada de maneira excessiva no Brasil, desde a época colonial. Sua aplicação por período prolongado durante a infância e a adolescência pode levar a consequências danosas ao desenvolvimento. Esse fato vem influenciando a criação de alternativas em meio familiar, desde o início do século XX, levando a uma mudança no panorama mundial. Uma dessas alternativas é a atual proposta de Serviços de Acolhimento em Famílias Acolhedoras (SFA). O SFA que o Estado brasileiro preconiza hoje tem raízes em nossa história. Contudo, é importante fazer distinções essenciais. Estudos apontam que há mais de 80 anos (desde a década de 1940) é possível encontrar a prática de pessoas, sem vínculo prévio, cuidando de crianças e adolescentes separadas de suas famílias de origem, com intervenção do poder judiciário. No entanto, o SFA em foco não se resume a isso. Ele é sedimentado no trabalho técnico realizado com a família de origem, a criança ou adolescente acolhido e a família acolhedora – envolvendo também a mediação de uma transição gradual para a família adotiva, quando é o caso. Esse modelo atual começou a ser praticado no Brasil nos anos 1990, sendo formalizado no início dos anos 2000. Diversas legislações e práticas foram desenvolvidas nesse ínterim e já há uma literatura científica acerca delas.

Objetivo: A presente pesquisa se dedicou a apresentar e discutir algumas questões que a literatura científica tem levantado sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Famílias Acolhedoras. **Metodologia:** Para isso, foi realizada uma revisão da mesma, buscando pelos termos “acolhimento familiar”, “família* acolhedora*” e “foster* care*”, em nove das principais bases de dados que indexam materiais sobre diversas áreas do conhecimento mundial. Também procuramos pelos termos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes – Plataforma Sucupira. Sem estabelecer um recorte temporal, selecionamos pesquisas que respeitavam ao seguinte critério de inclusão: ter como tema central a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes por famílias acolhedoras no Brasil. Assim, encontramos 55 trabalhos – 17 artigos, 31 dissertações de mestrado e 07 teses de doutorado. A análise destes foi embasada em reflexões de pesquisadoras da área, bem como nos registros da autora em diário de campo, em mais de sete anos de atuação como técnica e coordenadora de SAICA e SFA. **Resultados:** Foi possível identificar que aquelas expressões começaram a ser utilizadas pela academia em 1998, mas as produções ganharam

regularidade a partir de 2005. Após a Lei 12.010/2009, a frequência anual das publicações triplicou, demonstrando a influência do ordenamento jurídico na construção de uma área de conhecimento. Quanto aos tipos de publicações, mais de 60% são dissertações. Em qualquer área é esperado que predominem artigos, pelo processo de produção menos extenso e maior circulação, dessa maneira, a prevalência de dissertações designa pouca capilaridade às pesquisas. Articulando esse resultado à observação de que a maioria das pesquisas foi realizada por profissionais da equipe mínima de um SFA (psicólogas e assistentes sociais), é possível conjecturar que essa seja mais uma expressão da afamada rotatividade de trabalhadores do SUAS. Encontramos expressiva disparidade entre as porcentagens de SFA e de publicações pelas regiões do país. Mais da metade dos textos foi produzida a partir de pesquisas realizadas em cidades ou universidades do Sudeste, que tem apenas 36% dos SFA. Enquanto a região Sul concentra quase 50% dos SFA nacionais, apresenta menos de um terço das pesquisas. De maneira também inversa, o Nordeste registra quase o dobro de pesquisas em relação à porcentagem de SFA atuantes na região. Entre os temas preponderantes, deparamo-nos com a análise dos afetos envolvidos na situação excepcional e temporária de acolhimento familiar, assim como com discussões sobre a prática dos SFA. Há proximidade entre as propostas de caracterizar essa modalidade e discutir sua implementação. A entrevista é a estratégia de produção da informação prevalente – mais da metade das pesquisas. Em segundo lugar, são realizadas análises de conteúdo e discussões baseadas em textos legislativos e acadêmicos. Os participantes mais procurados pelas pesquisadoras são as famílias acolhedoras, seguidos pelos profissionais dos SFA. Em frequência muito menor, aparece a busca por escutar os acolhidos. As pesquisas que ouviram as famílias de origem representam aproximadamente um terço do mesmo contato com as acolhedoras, podendo sinalizar pouco interesse da academia por abrir espaços de fala a essas pessoas. Simultaneamente, o fato de tal frequência ser a mesma da participação de juízes nos trabalhos pode indicar uma dificuldade de acesso às famílias de origem. Também elencamos as características, potências e dificuldades manifestadas pelas pesquisas. As características observadas, frequentemente, mesclam-se com potências ou dificuldades, pois frequentemente são as mesmas questões abordadas de maneiras diferentes. A maior parte das características-potências se concentra entre temas unânimes, como os diversos benefícios do acolhimento familiar em comparação à modalidade institucional. É apontada também a participação ativa das famílias acolhedoras no cotidiano dos SFA, compreendida a partir de uma ótica democrática. Entre as características-dificuldades, destacaram-se a necessidade/falta de capacitação (inicial e/ou continuada) dos diversos profissionais envolvidos no cotidiano dessa

medida protetiva, o baixo número de acolhimentos familiares, a necessidade de avaliação dos SFA em funcionamento e diferentes problemas com a rede de serviços envolvidos. Entendemos essas quatro questões como intimamente conectadas, uma vez que, na ausência de compreensão aprofundada sobre seus papéis, os agentes do Estado podem reproduzir preconceitos que têm potencial de prejudicar a aplicação da medida protetiva de acolhimento, inerentemente complexa. Dessa maneira, é esperado que os SFA apresentem incoerências perceptíveis, que podem promover dificuldades de interlocução com a rede, levando à manutenção da modalidade como alternativa residual, limitada a poucos casos, quando a mesma tem potencial – e legislação nacional – para ser prioritária. Portanto, sem negligenciar a territorialidade do SUAS, é gritante a necessidade de avaliação do que já ocorre nos municípios e deveria minimamente seguir as normativas aplicáveis a todo o território brasileiro. Aprofundando a análise das pesquisas que tiveram trabalho de campo, destacaram-se desrespeito às legislações e normativas atuais. Em diversos locais, grande parte dos SFA executa a medida com divergências fundamentais ao preconizado. Uma delas é a presença de famílias de origem sendo consideradas acolhedoras de seus próprios membros como meio de receberem auxílio financeiro para subsistência, o que caracteriza permanência na família de origem por meio de Guarda Subsidiada, além de explicitar a ocorrência de acolhimentos por motivo de pobreza no Brasil atual. Outro ponto é a ausência de condições mínimas para execução de um SFA, como equipe e sede, comprometendo todo o funcionamento de qualquer Serviço. Assim ficam autoexplicativos alguns resultados fortuitos encontrados, como a solicitação de adoção partindo de famílias acolhedoras mal formadas e pouco acompanhadas, ou a realização de acolhimentos simultâneos de crianças e adolescentes sem vínculos familiares, reproduzindo uma lógica institucionalizadora. Quanto às críticas presentes nas pesquisas, é uníssona a denúncia à insuficiência de políticas públicas garantidoras de direitos que fortaleçam a capacidade protetiva das famílias, prevenindo acolhimentos. Também é expressiva a queixa por falta de pesquisas específicas sobre o acolhimento familiar, o que tem se intensificado nos últimos anos, sinalizando amadurecimento da área, que demanda ser mais olhada pela academia, com o devido embasamento teórico. Outra acusação comum é à má qualidade dos SAICA; algumas autoras ponderam, apontando limites estruturais para sua efetiva alteração, como a própria naturalização dessa baixa qualidade. Há também textos que vão além, discutindo como a lógica institucionalizadora não está nas paredes de um SAICA, mas nas práticas dos atores que executam a medida protetiva, podendo se reproduzir, portanto, inclusive no acolhimento familiar, quando realizado de maneira descuidada. Em derradeiro, destacamos dois temas centrais encontrados nas pesquisas: Familismo e Participação

Popular. Muitos textos relatam como o Familismo organiza as políticas sociais brasileiras, contribuindo para a perpetuação do estado de desigualdade social. Concordamos que há uma armadilha de que o Estado se exima da responsabilidade, ao transferir os cuidados dos acolhidos para famílias. Ao mesmo tempo, notamos brechas nesse formato, pois há locais que se apropriam dele e, atentos à armadilha do Familismo, constroem democracia no seu sentido mais pleno, qualificando a devida Participação Popular. Esse caminho demanda muito trabalho, além da capacitação inicial e continuada dos diversos atores do SGD, tal efetivação exige uma mudança de paradigma sobre a formação de outro agente executor dessa política: as famílias acolhedoras. Elas devem passar por processos educativos que proponham outras maneiras de se relacionarem com sua atuação, não basta receberem informações, mas é necessário compartilharem da construção coletiva de uma visão de mundo que lhes permita desenvolverem novas concepções sobre a organização social. Só assim poderão compreender os raciocínios necrófilos e necropolíticos que regem nosso sistema econômico, apropriando-se de suas responsabilidades enquanto partícipes dessa política. Por fim, foi possível notar que as pesquisadoras do acolhimento familiar quase não se citam. Portanto, compreendemos que há, sim, uma literatura científica substancial sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em famílias acolhedoras no Brasil. O que parece faltar é a interlocução entre essas diferentes vozes, para seguirmos na construção de um campo de conhecimento sobre a temática.